

**CURSO DE FONAUDIOLOGIA DA PUC-SP:  
REFORMA CURRICULAR DE 1982**

*Angela Sprenger*

Desde 1977, quando foi processada a última reforma curricular do curso de Fonoaudiologia, foram feitas várias pequenas modificações, sempre de modo isolado, sem levar em consideração a globalidade do currículo e com o objetivo de tentar corrigir questões pontuais.

Em 1981, foi regulamentada a profissão de fonoaudiólogo como profissional de nível superior e, como decorrência, em abril de 1983, o Conselho Federal de Educação estabeleceu um currículo mínimo com base nos documentos encaminhados pelas 13 instituições de ensino do País que administravam cursos de fonoaudiologia na época, dando-lhes o prazo de um ano para adaptarem os currículos vigentes.

Na PUC-SP, em 1982, o curso de Fonoaudiologia era administrado por uma coordenadora, auxiliada por uma comissão didática. Esse grupo desencadeou o processo de reformulação. O curso, na época, era dividido em áreas: linguagem, audiologia, distúrbios da comunicação, disciplinas básicas e disciplinas complementares. Essas áreas estavam todas representadas na Comissão Didática.

## *Comunicações*

O processo teve início com a discussão do perfil do profissional e sua área de atuação e dos objetivos e conteúdos de cada disciplina do currículo vigente.

Essa discussão resultou no estabelecimento dos seguintes pontos:

1) O fonoaudiólogo é o profissional que tem como objeto de estudo os distúrbios da comunicação humana.

2) Devido ao grau de abrangência do seu objeto de estudo, ele deve adquirir conhecimentos nas seguintes áreas:

- psicologia;
- filosofia;
- sociologia;
- educação;
- anatomia e fisiologia;
- psicolingüística e lingüística;
- aquisição e desenvolvimento da linguagem;
- aperfeiçoamento de voz e dicção;
- audiologia.

O processo de reformulação contou com discussões dentro de cada área específica (alunos e professores), cabendo à Comissão Didática a elaboração de uma síntese.

Analisando o resultado final, chegou-se à conclusão de que a estrutura básica não havia sido alterada. Assim, todo o material produzido foi distribuído aos professores de graduação e de pós-graduação, para que fizessem novas sugestões, tendo em vista a natureza do profissional que o curso pretendia formar. O que deu origem a duas propostas: uma, levando em conta as especificidades do conteúdo; outra, envolvendo alterações de estrutura e funcionamento do curso.

Os foros montados para debate e escolha da proposta, ao final de três dias, optou por aquela que envolvia alterações na estrutura e funcionamento do curso.

Seus princípios básicos (“pretensões”) eram:

- interferir no processo de aquisição de conhecimento do aluno;
- organização curricular que integra teoria e prática.

Para isso, optou-se por antecipar a atuação prática do aluno: num primeiro momento, dentro da Universidade (professor próximo); num segundo momento, fora da Universidade (professor à distância). E, também, promover, por meio das

áreas de concentração (grupos de disciplinas eletivas), um maior aprofundamento nos temas e uma homogeneidade na metodologia de intervenção (não se pretendia especializar o aluno nesses temas).

Sinteticamente, o currículo de quatro anos procurava, nos três primeiros, garantir a fundamentação teórico-prática e, no quarto e último ano, promover aprofundamento em alguns temas, por meio das disciplinas eletivas.

Pretendeu-se, também, que a estrutura curricular exigisse do professor uma visão global do curso e do profissional que está formando e que a integração das disciplinas fosse condição fundamental para o trabalho docente.

Muitos aspectos ficaram só na pretensão e não conseguimos formas de organização do currículo que os garantissem. O espaço para disciplinas bastante específicas, ligadas às técnicas fonoaudiológicas, ficou reduzido.

Por outro lado, o espaço criado com as disciplinas eletivas permitiu um avanço bastante significativo, criando um currículo flexível, em que novos conjuntos de temas poderiam ser propostos anualmente. Essa possibilidade permitia, de certa forma, até “cobrir” alguns aspectos que não conseguimos contemplar.

Apesar de essa flexibilidade implicar algumas dificuldades na adaptação às regras administrativas da Universidade, considero que é uma característica desse currículo que deve ser mantida e aperfeiçoada em reformas curriculares posteriores.

*Recebido em abr/96; aprovado em maio/96*